

Políticas educacionais para o enfrentamento do analfabetismo de jovens e adultos no extremo norte do Bico do Papagaio - Tocantins: o caso do município de Augustinópolis

 Walisson Mariano Carvalho Silva,¹  Juciley Silva Evangelista Freire²

^{1, 2} Universidade Federal do Tocantins - UFT. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Campus de Palmas. Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, ALCNO-14. Plano diretor Norte. Palmas - TO. Brasil.

RESUMO. Esta pesquisa analisa as políticas educacionais desenvolvidas por parte do governo municipal de Augustinópolis para a efetivação parcial da meta 9, do Plano Municipal de Educação (PME - 2015-2025), que trata sobre o analfabetismo de jovens e adultos. Os relatórios de monitoramento e avaliação do PME (2015-2025) foram analisados junto com a comparação entre os dados absolutos de analfabetos do Censo de 2010, e a quantidade de matrícula no primeiro segmento da educação de jovens e adultos (EJA), disponibilizados pelo Censo Escolar dos anos de 2011 a 2021, do município pesquisado. Os resultados demonstram os limites e ausências do governo municipal com as políticas de educação de jovens e adultos.

Palavras-chave: políticas educacionais, analfabetismo, educação de jovens e adultos.

Educational policies to face youth and adults illiteracy in the extreme north of Bico do Papagaio – Tocantins: the case of municipality of Augustinópolis

ABSTRACT. This research analyzes the educational policies developed by the municipality government of Augustinópolis for the partial implementation of mark 9, of the Municipal Education Plan (PME- 2015-2025) which deals with illiteracy among young people and adults. The monitoring and evaluation reports of the PME (2015-2025) were analyzed, together with the comparison between the absolute data of illiterates from the 2010 Census, and the number of enrollments in the first segment of youth and adult education (EJA), made available by the School Census for the years 2011 to 2021, of the researched municipality. The results demonstrate the limits and absences of the municipal government with youth and adult education policies.

Keywords: educational policies, illiteracy, education youth and adults.

Políticas educativas para enfrentar el analfabetismo entre jóvenes y adultos en el extremo norte de Bico do Papagaio - Tocantins: el caso del municipio de Augustinópolis

RESUMEN. Esta investigación analiza las políticas educativas desarrolladas por el gobierno municipal de Augustinópolis para la implementación parcial de la meta 9, del Plan Municipal de Educación (PME - 2015-2025) que trata el analfabetismo entre jóvenes y adultos. Se analizaron los informes de seguimiento y evaluación del PME (2015-2025), así como la comparación entre los datos absolutos de analfabetos del Censo de 2010, y el número de matrículas en el primer segmento de educación de jóvenes y adultos (EJA), disponibles por el Censo Escolar de 2011 a 2021. Los resultados demuestran los límites y las ausencias del gobierno municipal con las políticas de educación de jóvenes y adultos.

Palabras clave: políticas educativas, analfabetismo, educación de jóvenes y adultos.

Introdução

O inciso I do art. 208, da Constituição Federal de 1988, determina “inclusive a oferta gratuita da Educação Básica para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”, assim como, o inciso IV do art. 4º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), normatiza o “acesso público e gratuito aos ensinos Fundamental e Médio para todos os que não os concluíram na idade própria”. A falta de garantia do direito à educação para todos resulta, dentre outros fatores, no analfabetismo absoluto de jovens e adultos brasileiros, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste que possuem altos percentuais, respectivamente, 7,6% e 13,9% da população de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados (IBGE, 2019).

O Estado do Tocantins possui alta taxa de analfabetismo absoluto da população de 15 anos ou mais de idade, 8,9%, segundo a Pnad-Contínua de 2019 (IBGE, 2019). Segundo Oliveira e Strassburg (2014, p. 129) “No Tocantins, a pobreza é extrema, o estado tem um dos piores indicadores socioeconômicos do país”.

A contradição entre a legislação brasileira que garante, formalmente, o direito à educação às pessoas fora da idade escolar e a constatação da alta taxa de analfabetos absolutos de 15 anos ou mais de idade contribuiu para a escolha do tema da pesquisa: as políticas educacionais para o enfrentamento do analfabetismo de jovens e adultos.

O artigo é um subproduto da Dissertação de Mestrado Profissional em Educação, desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Na pesquisa matriz, analisou-se os 12 (doze) municípios que compõem o Extremo Norte do estado do Tocantins, conhecida como a região do Bico do Papagaio. Neste artigo, propõe-se analisar somente o município de Augustinópolis. Este município foi escolhido por possuir o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Educação, dentre os municípios da região do Bico do Papagaio, de 0,619.

Almeja-se, portanto, neste artigo, analisar as políticas de educação propostas e efetivadas pelo poder público municipal na efetivação parcial da meta 9, sobre o analfabetismo de jovens e adultos, que compõe o Plano Municipal de Educação de Augustinópolis (PME/2015 – 2025).

A pesquisa realizada é do tipo bibliográfica e documental, de abordagem quantitativa e qualitativa, e classifica-se como pesquisa exploratória. Neste sentido, dentre os procedimentos metodológicos, realizou-se o levantamento de dados sobre a quantidade de analfabetos absolutos de 15 anos ou mais de idade no município de Augustinópolis, por meio do Censo

Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Levantou-se, também, a quantidade de matrículas no 1º segmento da EJA pelas Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos de 2011 a 2021, do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Foram realizadas as análises dos relatórios de monitoramento do PME, retirados no site do PNE. Para tanto, recorreu-se a técnica de análise documental segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) e a análise documental segundo Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014). As referências bases da pesquisa foram Costa e Machado (2017), Gadotti e Romão (2011), Ferraro (2004, 2009), Freire (2022, 2011, 2012).

Este artigo está organizado em cinco seções com esta introdução. Na segunda seção, discute-se as concepções e práticas sócio-históricas do analfabetismo no Brasil. Na terceira seção, expõe-se detalhadamente a metodologia do artigo. Na quarta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa sobre o analfabetismo de jovens e adultos no PME de Augustinópolis e a análise do relatório de monitoramento e avaliação do PME. Para finalizar, apresenta-se as considerações com a síntese das principais análises dos resultados.

Analfabetismo no Brasil: concepções e práticas sócio-históricas

No Brasil, a concepção de analfabetismo foi construída historicamente desde o período imperial. O estado, a condição e o modo de ser do analfabeto envolvem-se com o poder econômico, antes e depois da inserção das relações de produção capitalista. O modo de produção econômico da “sociedade dual (senhor x escravo), de economia ‘agrícola-exportadora-dependente’ ... não necessitava de educação primária, daí o descaso por ela” (Freire, 1989, p. 57-59). Portanto, para a manutenção do modo de produção econômico era suficiente a educação superior à elite.

Ser analfabeto era condição normal daqueles que ficavam à margem da nobreza. A falta de acesso à escola era necessária para a permanência da submissão da população escrava à nobreza, “...bastava a educação superior da elite para garantir as relações sociais de produção e, portanto, o modo de produção escravista...” (Freire, 1989, p. 57-58).

A concepção de analfabetismo surgiu nos debates sobre a exclusão dos analfabetos no processo de eleição direta, no final do segundo Reinado, que se configurou na Lei 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva (Ferraro, 2004). O analfabetismo passou “a

significar incapacidade, ignorância e dependência” nas discussões sobre o direito ao voto dos analfabetos (Ferraro, 2009, p. 59).

Encarar o analfabetismo como consequência justificada da incompetência dos escravos, pobres e/ou extremamente pobres é limitar-se a tratá-los como seres sem direitos a desenvolverem-se como seres humanos, *homo sapiens sapiens*. Para tanto, são condicionados a serem submissos aos que são “competentes” ou “predeterminados” com a finalidade de manutenção da ordem preestabelecida (Freire, 2022).

Essa compreensão do analfabetismo corresponde à concepção ingênua denunciada por Freire (2011, p. 15), a concepção “ingênua do analfabetismo o encara ora como ‘erva daninha’ – daí a expressão corrente: ‘erradicação do analfabetismo’...como a manifestação da ‘incapacidade’ do povo, de sua ‘pouca inteligência’, de sua ‘proverbial preguiça’”, e que está permeada nas ações, programas e políticas governamentais da atualidade.

Na concepção ingênua, o processo de alfabetização prioriza o sistema linguístico de forma mecânica e alienante, o que impossibilita o desenvolvimento do pensamento crítico. Como alternativa a essa concepção, que pretende salvar o analfabeto da cegueira, ignorância, dentre outros, Freire (2022, p. 13) apresenta a concepção crítica e compreende que “o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta”.

A concepção crítica do analfabetismo ultrapassa o saber ler e escrever – como condição de superação desse estado ou dessa condição desumana – e reconhece o analfabetismo como problema político de exclusão social, ocasionado para a perpetuação do poder dominante. Essa concepção, portanto, contribui tanto com o desenvolvimento da leitura e escrita, quanto com o reconhecimento do sujeito histórico.

A concepção ingênua do analfabetismo ainda permeia às políticas públicas atuais como o Plano Nacional de Educação (2001-2010) que em seu tópico 5, estabelece: “programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, **erradicar o analfabetismo**” (UNESCO, 2001, p. 102). E no Plano Nacional de Educação de (2014- 2024), consta na meta 9: “**erradicar o analfabetismo** absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional” (Machado, 2018, p. 36).

Verifica-se a influência dos organismos internacionais nos documentos das políticas públicas e nas ações governamentais de países em desenvolvimento como o Brasil. O direito à educação foi priorizado para a parte população com idade escolar mesmo após a Constituição

de 1988 que normatiza o ensino básico obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria.

...o viés neoliberal que imperou nas políticas nos anos 1990 circunscreveu a responsabilidade da Educação Básica aos Estados e Municípios, com o pretexto de tornar prioridade o atendimento de crianças e jovens na idade regular de escolarização. Concentraram-se esforços e recursos nessa direção, fragilizando ou tornando invisível a demanda de direitos de outros grupos sociais (Capucho 2012, p. 23).

A educação de jovens e adultos retorna para as décadas anteriores à Constituição de 1988, a qual não era o direito do estado de provê-la às pessoas fora da idade escolar. Conforme Arroyo (2017, p. 105) a “EJA seria um tempo de não direito, uma campanha, uma ação benevolente. Daí tantos programas das agências sociais da sociedade, não do Estado, porque este reconhecia ... o direito à educação dos 7 aos 14 anos de idade”.

As ações governamentais, em uma sociedade neoliberal, são vinculadas às políticas propostas pelos organismos bilaterais e multilaterais como condicionamento para a efetivação de vultuosos empréstimos. Conforme Costa e Machado (2017, p. 50) “os países da América Latina, de forma geral, começaram suas reformas educacionais tomando como ponto de partida, quase sempre, uma articulação com as políticas propostas pelos organismos internacionais, contanto com recursos financeiros e empréstimos externos”.

Beisiegel (1997), assim como Freire (2017), reconhecem que a miserabilidade em que vive o povo brasileiro e o funcionamento do ensino – que nega a formação do sujeito histórico e crítico – colaboram com a perpetuação de jovens e adultos analfabetos. A sociedade civil tem que contrapor às imposições dos organismos internacionais nos programas e políticas públicas governamentais, “exigindo participação paritária não só na quantidade, mas também na qualidade, objetivando assegurar de fato a concretização de políticas públicas para toda a população deste país” (Costa & Machado 2017, p. 43).

Metodologia

No âmbito metodológico, realizou-se o levantamento de dados do Censo Demográfico de 2010, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a finalidade de verificar a porcentagem de analfabetos absolutos de 15 anos ou mais de idade no município de Augustinópolis. Os dados da demanda de analfabetos de 15 anos ou mais são da

base de dados do Censo Demográfico de 2010 porque foi a última pesquisa relacionada a esse tema no município pesquisado.

Realizou-se um levantamento de dados no Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio das Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos de 2011 a 2021, com a finalidade de verificar a quantidade de matrículas no 1º segmento da EJA.

Os relatórios de monitoramento e avaliação do município de Augustinópolis constam no site do PNE na opção dos planos subnacionais, com o objetivo de discriminar os avanços da meta do Plano Municipal de Educação (PME) que aborda a “erradicação” da taxa de analfabetismo absoluto de jovens e adultos.

Utilizou-se a técnica de análise documental para a organização e a análise dos dados com o intuito de identificar as metas e as estratégias que foram contempladas no Plano Municipal de Educação (2015-2025) e analisar os resultados dos relatórios de avaliação e monitoramento. Conforme Sá-Silva et al. (2009, p.10) “... propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e, na medida do possível, fazer a inferência”.

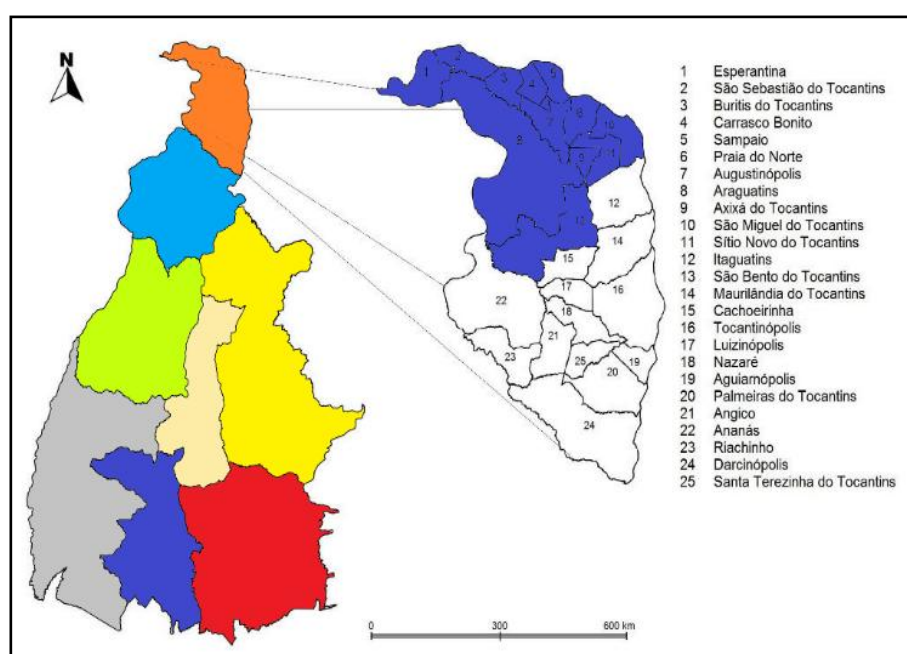
Foi necessário recorrer à análise de conteúdo para contribuir com a análise dos dados apresentados nos documentos, que conforme Cavalcante et al. (2014, p. 13) é “composta por procedimentos sistemáticos, que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não), permitindo a realização de inferência de conhecimentos”.

A análise do PME do município pesquisado partiu da leitura das estratégias da meta 9 do PNE que trata sobre a redução do analfabetismo de 15 anos ou mais. E estas foram resumidas através de categorias analíticas: a oferta gratuita, continuidade, demanda ativa, transferência de renda, estabelecimentos penais, avaliações, programas suplementares, projetos inovadores e experiências dos idosos. Organizou-se em categorias analíticas para fins de aproximação das estratégias entre PNE, Plano Estadual de Educação e o PME, haja vista que os estados e municípios possuem autonomia para adicionar mais estratégias em seus planos por meio de assembleias estaduais e municipais, respectivamente.

O analfabetismo de jovens e adultos no PME de Augustinópolis

O município de Augustinópolis localiza-se no extremo Norte do estado do Tocantins, região conhecida como Bico do Papagaio e, segundo o IBGE (2022) possui 17.484 habitantes. Esse município apresenta alta concentração de renda, pois 44,9% da população possui rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo. (IBGE, 2011). A figura 1 consta o mapa do estado do Tocantins e a parte em destaque é a localização da região denominada Bico do Papagaio e do município de Augustinópolis.

Figura 1 - Estado do Tocantins.



Fonte: Oliveira e Strassburg (2014, p. 137, grifo nosso).

Uma das consequências da desigualdade social no município de Augustinópolis é a quantidade absoluta de 2.458 pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, o que corresponde a taxa de analfabetismo de 22,3%, maior do que a taxa do estado do Tocantins que é de 8,9%. Conforme Gadotti & Romão (2011, p. 39) o analfabetismo de jovens e adultos é “a negação de um direito ao lado da negação de outros direitos. O analfabetismo não é uma questão pedagógica, mas uma questão essencialmente política”.

O Plano Municipal de Educação necessita estar alinhado aos princípios e objetivos gerais do Plano Estadual de Educação (PEE/TO), e este com o Plano Nacional de Educação (PNE), especificando as suas particularidades. A presente análise foi realizada com base em

categorias que representam as estratégias dos planos municipal, estadual e nacional direcionadas à meta sobre a redução da taxa de analfabetos de 15 anos ou mais, conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Categorias de análise relacionadas às estratégias da Meta 9 que trata sobre o analfabetismo absoluto de 15 anos ou mais e resultados do Relatório de Monitoramento com quadro síntese.

Município	Categorias do Plano Nacional de Educação referente à redução do analfabetismo absoluto									
	1. Oferta gratuita	2. Continuidade	3. Demanda ativa	4. Transferência de renda	5. Estabelecimentos penais	6. Avaliação	7. Programas Suplementares	8. Projetos Inovadores	9. Jornada de trabalho	10. Experiências dos idosos
Augustinópolis	X	X	X	-	X	X	X	-	X	-
	R	R	R	-	R	R	A	-	A	-

Fonte: elaborado pelo autores(2022). Legenda: R – realizada / A – em andamento.

A meta referente à redução da taxa de analfabetos de 15 anos ou mais de idade no PME de Augustinópolis pretende elevar a taxa de alfabetização da população na idade referida para 93,5% até 2016, e erradicar o analfabetismo absoluto até 2025. Para materializá-la, é necessário planejar ações efetivas de acordo com as estratégias relacionadas à referida meta.

A meta 9 do PNE (2014-2024) apresenta 12 estratégias, no entanto, apresenta-se somente as direcionadas a redução do analfabetismo absoluto de 15 anos ou mais de idade. Dentre as estratégias, as que necessitam de domínio das habilidades mínimas de leitura e escrita foram excluídas, como: a de capacitação tecnológica, chamadas públicas, integração com empresas públicas e privadas.

A primeira categoria de análise é a **oferta de vaga**. Esta tem que ser assegurada aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica na idade adequada. O governo municipal de Augustinópolis assegurou no período de 2010 a 2016 a oferta das turmas do

primeiro segmento da EJA, apesar da quantidade de matrículas permanecer inferior a necessidade do município, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de matrículas no Ensino Fundamental da EJA de 2011 a 2018.

Município	Matrículas do Ensino Fundamental da EJA										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Augustinópolis	34	42	29	26	32	34	0	0	0	0	0

Fonte: elaborado pelo autores (2022).

Observa-se que o município pesquisado se ausentou no cumprimento legal de assegurar o ensino da educação básica para os que ainda não concluíram na idade adequada, desde 2017, de acordo com a tabela 1. Os jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade, analfabetos, estão com o direito à educação violado, porém, no relatório de monitoramento do município pesquisado consta que essa categoria foi realizada.

Jovens, adultos(as), idoso(as) precisam ser reconhecidos(as) como sujeitos de direito, pois, em virtude das situações de desigualdade presentes na sociedade brasileira, e ausência do Estado na garantia dos direitos, lhes foi negado o direito à educação no passado, e lhes é dificultado no presente. (Capucho, 2012, p. 23).

A primeira demanda do direito à educação é o acesso ao ensino, após que seguem as demandas por qualidade social da educação. A inexistência da modalidade de educação de jovens e adultos no município pesquisado remonta a luta pelo direito à alfabetização. De acordo com Gadotti e Romão (2011, p. 38) “o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta”.

A segunda categoria se refere a **continuidade** da escolarização básica. Essa categoria possibilita a implementação de ações direcionadas à promoção dos jovens e adultos que estão sendo alfabetizados no Programa Brasil Alfabetizado (PBA) para a Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Desta forma, os discentes que iniciaram a alfabetização no programa federal consolidarão o processo de leitura e escrita no primeiro segmento da modalidade EJA. Entretanto, Costa e Machado (2017, p. 121-122) discorrem sobre a baixa expectativa de continuidade de estudos dos alfabetizados do PBA:

“... à baixa expectativa de continuidade de estudos dos alfabetizados, principalmente, entre os idosos acima de 61 anos de idade... Esses alfabetizados alegavam buscar as habilidades de leitura e escrita apenas por uma realização pessoal e contribuição de atividades cotidianas,

como reconhecer o itinerário do transporte coletivo ou ainda ler a bíblia. Essa baixa expectativa também se encontrava entre os que possuíam entre 46 a 60 anos... dos matriculados no PBA, visto que, nos argumentos... já se começava a identificar a impossibilidade de... disputa de vaga no mercado de trabalho...

... entre 15... a 45 anos... Em especial, a necessidade de sobrevivência, a busca pelo trabalho precarizado, a mobilidade de moradia são condições reais que limitam a população demandante das classes de alfabetização a prosseguir em seus estudos”.

Além das dificuldades sociais, econômicas e culturais que desmotivam o alfabetizando a continuar os estudos, o município de Augustinópolis impossibilita a continuidade dos estudos porque nega o direito a oferta de vaga no primeiro segmento da EJA. Essa situação amplia a demanda ativa por vagas na EJA.

A terceira categoria compreende a **demanda ativa** por vagas na Educação de Jovens e Adultos. Refere-se à realização diagnóstica de jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos. Há demanda ativa de analfabetos de 15 anos ou mais de idade no município de Augustinópolis, em diferentes grupos etários, como demonstra a tabela 2.

Tabela 2 - Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de idade em Augustinópolis / TO por grupo de idade (%) – 2010.

Município	15 a 24 anos	25 a 59 anos	60 ou mais
Augustinópolis	2,6%	22,3%	68,8%

Fonte: elaborada pelos autores (2022).

Observa-se que a demanda ativa de 60 anos ou mais é de 68,8%, a maioria dos analfabetos. A taxa de 22,3% são analfabetos de 25 a 59 anos e de 15 a 24 anos é de 2,6%. Com a falta de oferta do primeiro segmento da EJA, espera-se que aumente a demanda ativa analfabetos em Augustinópolis. Para tanto, é necessário identificar esse público e retomar as matrículas na EJA.

Nesse sentido, cabe aos gestores públicos pelo menos identificar esses jovens e adultos em suas características peculiares, para a definição de uma política de expansão da escolaridade. Isso significa saber onde residem e quais os limites de acesso às classes de Educação de Jovens e Adultos; quais possuem necessidades especiais de aprendizagem e demandaria um atendimento diferenciado; quais estão em situação de vulnerabilidade social que demandariam outras políticas sociais integradas à oferta de escolaridade (Machado, 2018, p. 36).

A categoria demanda ativa corresponde a uma estratégia de grande valia para dirimir o analfabetismo no município, haja vista que consta no PNE, PEE/TO e no PME do município

pesquisado. E contribui com o planejamento de projetos e ações governamentais direcionados ao público da EJA, tanto para o reinício das matrículas quanto para o desenvolvimento de ações pedagógicas direcionadas às necessidades dos discentes, e também, colabora com o desenvolvimento de políticas públicas educacionais, sociais e econômicas.

A categoria **transferência de renda** é dirigida aos jovens e adultos que frequentam cursos de alfabetização e depende, da organização e financiamento da União, estados e municípios. Essa estratégia está diretamente relacionada à desigualdade social e de renda em que vivem os analfabetos. Sua execução denota possibilidades de aumento da quantidade de matrículas no primeiro segmento do Ensino Fundamental da EJA, que consolidam a alfabetização e o letramento, assim como o programa de transferência de renda Bolsa família que incentiva a matrícula escolar, a assiduidade e a permanência de crianças e adolescentes de até 17 anos na escola.

Os repasses federais do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros, são vinculados a quantidade absoluta de discentes. Embora haja possibilidade de aumentar a quantidade de matrículas no Censo Escolar com o retorno da EJA no município, inexistente no Plano Municipal de Educação de Augustinópolis a categoria de transferência de renda para jovens e adultos que frequentem turmas de alfabetização.

O Programa Bolsa Família (PBF) poderia conceder um valor adicional para as famílias que contém jovens e adultos matriculadas no primeiro segmento da EJA, turmas de alfabetização, pois a maioria dos analfabetos de Augustinópolis possui de 60 anos ou mais de idade, como consta na tabela 2, distante do limite de 17 anos para ingressarem como estudantes no programa Bolsa Família.

A quinta categoria se refere à estratégia de assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos nos **estabelecimentos penais** às pessoas privadas de liberdade, além da formação específica para os docentes que atuam com esse público. Segundo o Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro (INFOPEN), em Augustinópolis há estabelecimentos penais, entretanto, não há oferta do ensino fundamental para as pessoas privadas de liberdade.

Os privados de liberdade analfabetos perdem oportunidades de qualificação cognitiva no estabelecimento penal restando, somente, a qualificação em que o trabalho braçal é a força motriz, caso seja ofertado como um dos instrumentos de ressocialização. Conforme Fidalgo e

Fidalgo (2017, p. 349) “a educação prisional é uma oportunidade que o preso tem para refletir sobre as consequências de seus atos e se preparar moral e tecnicamente para a volta ao convívio social, após cumprir a sua pena”.

No que concerne à sexta categoria, a **avaliação** é para aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade. Aos estudantes participantes do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), em que o instrumento avaliativo é elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), a avaliação da alfabetização se divide em duas etapas: a primeira é realizada no início do programa, avaliação diagnóstica, e a segunda no final do programa com a finalidade de verificar a evolução da alfabetização e letramento dos estudantes durante a execução do PBA.

Na modalidade de Educação Jovens e Adultos, oferecida pelo município de Augustinópolis, não consta no relatório de monitoramento nenhuma avaliação realizada com fins de avaliar o grau de alfabetização dos jovens e adultos nos anos de 2011 a 2016, período em que foram ofertadas o primeiro segmento da Educação de Jovens e adultos.

A sétima categoria, **programas suplementares** de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, contribuirá com a qualidade educacional, principalmente dos alunos com 60 anos ou mais de idade de baixa renda que necessitam de tratamento oftalmológico. Além do deslocamento garantido dos alunos à escola com o transporte escolar na EJA, a garantia de uma alimentação escolar é essencial para a melhoria do desenvolvimento cognitivo, sobretudo dos alunos e alunas que saem do trabalho direto para a escola.

Essa categoria objetiva complementar a renda direcionada aos programas existentes, como, o Programa Nacional de apoio ao Transporte Escolar (PNATE), o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e as políticas públicas voltadas à saúde dos alunos da EJA. No município pesquisado prevalecem o PNATE e o PNAE sem o complemento regido pelo PME.

A oitava categoria se refere à estratégia em apoiar técnica e financeiramente **projetos inovadores** na Educação de Jovens e Adultos, adequados às necessidades específicas dos discentes. Considera-se esta estratégia importante pela possibilidade de inovação no processo de alfabetização de jovens e adultos, contudo, requer formação continuada para os docentes afim de aperfeiçoarem o processo de ensino e aprendizagem. O PME do município de Augustinópolis e o PEE/TO não consta formação específica para o docente atuar na EJA.

A nona categoria se refere à estratégia de estabelecer mecanismos e incentivos para integrar os empregadores, sejam públicos ou privados, e os sistemas de ensino, por meio da compatibilização da **jornada de trabalho** dos estudantes empregados, com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Todavia, a inexistência de matrículas nos anos de 2017 a 2021, segundo a tabela 2, direciona para a não realização desta categoria em Augustinópolis.

A última categoria é sobre a estratégia de considerar as necessidades dos idosos nas políticas públicas de jovens e adultos para a “erradicação do analfabetismo”, no que tange acesso às tecnologias educacionais, atividades recreativas, culturais e esportivas, assim como a valorização e compartilhamento do conhecimento e **experiências dos idosos**, como também, a inclusão dos temas de envelhecimento e da velhice nas escolas. O PME de Augustinópolis não consta essa categoria.

A efetivação das categorias apresentadas concorre para o enfrentamento do analfabetismo de jovens e adultos no Brasil e, conseqüentemente, colabora com a materialização do PNE. Entretanto, em Augustinópolis há inexistência de oferta no primeiro segmento da EJA, condição ímpar para contemplar as outras categorias. No município pesquisado prevalece a manutenção do analfabetismo de jovens e adultos.

Análise do Relatório de Monitoramento e Avaliação do PME de Augustinópolis

O PME de Augustinópolis, no § único, do art. 1º, da Lei nº 630/15, determina o período de avaliação a cada “dois anos ou a qualquer tempo” (Augustinópolis, 2015). A orientação do MEC em relação à avaliação dos Planos Decenais de Educação é que esta deve ser realizada com base no relatório de monitoramento.

No quadro 1 consta a síntese do Relatório de Monitoramento do PME de Augustinópolis, as categorias referentes à meta sobre a redução do analfabetismo absoluto, estão com o status de realizada: a oferta de vaga, a continuidade, a demanda da EJA, os estabelecimentos penais e a avaliação da aprendizagem.

No relatório de monitoramento do PME do município de Augustinópolis consta a categoria demanda ativa como executada, entretanto, a falta de oferta da educação de jovens e adultos a partir de 2017, confronta com os dados do referido relatório. Do total de analfabetos de 15 anos ou mais de idade, em Augustinópolis, de acordo com o Censo Escolar de 2011 a

2016, menos de 200 alunos foram matriculados nos primeiros anos da EJA e nos anos seguintes, de 2017 a 2021, inexistiu a oferta da referida modalidade.

Para o enfrentamento do analfabetismo de Jovens e Adultos no município pesquisado são ofertados: O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Programa de alfabetização de adultos (PBA) do governo federal foi executado pelo governo estadual de 2009 até 2018 no município de Augustinópolis. A EJA, primeiro segmento, é de responsabilidade do governo municipal.

O PBA é responsável pelo contato inicial dos alfabetizandos jovens e adultos com o processo de leitura, escrita e contagem. E o município deve ofertar o 1º segmento da EJA para oportunizar a continuidade de formação e, desse modo, a consolidação da alfabetização dos alunos e alunas advindos do PBA. No caso do município de Augustinópolis, a continuidade dos estudos foi interrompida nos anos de 2017 e 2018 pela falta de matrículas no 1º segmento da EJA, conforme se pode verificar nos dados da tabela 1.

As ações pontuais do PBA contribuem para a diminuição da taxa de analfabetos absolutos e, conseqüentemente, para a elevação da taxa de alfabetizados das pessoas com 15 anos ou mais de idade. Entretanto, nos anos de 2017 e 2018, o PBA se tornou o único meio de acesso à alfabetização de jovens e adultos devido à falta de oferta na modalidade EJA, por parte do poder público municipal, o que possibilitou a manutenção do analfabetismo absoluto na faixa etária de 15 anos ou mais de idade.

As ações do PBA requerem do município a abertura de turmas do 1º segmento da EJA, para que possam alcançar um dos objetivos do programa, que, segundo o inciso I, do Art. 2º, da Resolução/CD/FNDE Nº 32 de 01 de julho de 2011 é “contribuir para superar o analfabetismo no Brasil, universalizando a alfabetização de jovens, adultos e idosos e a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, promovendo o acesso à educação como direito de todos, em qualquer momento da vida”.

A falta de matrículas no Ensino Fundamental da EJA resulta em retrocesso. Pois, sem a garantia de oferta gratuita e sem ações de alfabetização de jovens e adultos, com garantia de continuidade da escolarização básica, impossibilita a materialização da meta 9 – aumentar para 93,5% a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade e em reduzir em 50% os analfabetos funcionais.

Diante da síntese exposta sobre o funcionamento de parte do PBA, em Augustinópolis é possível perceber que o programa contempla as categorias: oferta gratuita, demanda ativa e

avaliação, informadas no Relatório de Monitoramento do PME de Augustinópolis que está com o status de realizada.

A falta de sistematização dos dados e de análise da realidade nos relatórios de monitoramento do PME, sobre a meta que trata dos analfabetos jovens e adultos, prejudicou o processo avaliativo porque deixou de apontar “... as lacunas e as eventuais mudanças no percurso ...” (Brasil, 2016, p. 6) e, conseqüentemente, dificultará a materialização do PME.

Desse modo, o poder público municipal de Augustinópolis tem negado a oferta gratuita de educação aos analfabetos jovens e adultos e sua continuidade normatizada nas leis (CF/88, 9.394/96 e 13.005/14). Essa situação requer uma investigação mais acurada sobre as causas dessa negação, de forma a esclarecer as motivações políticas, técnico-administrativas ou pedagógicas que levam a esse descaso com a educação de jovens e adultos no município pesquisado.

Considerações finais

Os resultados deste estudo demonstram que no município de Augustinópolis, nos anos 2015 a 2018, a principal ação desenvolvida no âmbito das políticas educacionais para a EJA foi a oferta de turmas do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e que a maioria das estratégias de enfrentamento do analfabetismo de Jovens e Adultos previstas no Plano Municipal de Educação (2015-2025), na meta 9, não foi contemplada. O município desde 2018 não oferece a Educação de Jovens e Adultos, o que implica no descompromisso com a materialização do Plano Municipal de Educação (2015-2025) e na negação do direito à educação aos sujeitos do primeiro segmento da EJA.

Os resultados desta pesquisa possibilitam, portanto, concluir que no município de Augustinópolis, permeado por desigualdades sociais, prevalece a ausência de políticas efetivas e articuladas ao enfrentamento do analfabetismo de jovens e adultos por parte do governo municipal. As conseqüências do descaso com a alfabetização de jovens e adultos perpassam a reprodução e/ou perpetuação das condições de pobreza da população, assim mantendo a exploração do poder político, econômico e cultural, conforme aponta Paulo Freire em sua *Pedagogia do Oprimido*.

Referências

Arroyo, M.G. (2017). *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA, itinerários pelo direito de uma vida justa*. Petrópolis: Vozes.

Augustinópolis (Município) (2015). *Lei nº 630, de 22 de junho de 2015*. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015-2025, na forma, a seguir, especificada, e dá outras providências. Augustinópolis, TO.

Beisiegel, C. R. (1997). Considerações sobre a política da União para a Educação de Jovens e Adultos analfabetos. *Revista Brasileira de Educação*, 4, 26-34.

Capucho, V. (2012). *Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania*. São Paulo: Cortez.

Cavalcante, R. B., Calixto, P., & Pinheiro, M. M. K. (2014). Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Amp; Sociedade: Estudos*, 24(1).

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18a ed.). (1998). São Paulo, Saraiva. Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

Costa, C. B., & Machado, M. M (2017). *Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Ferraro, A. R. (2009). *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Ferraro, A. R. (2004). Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. *Perspectiva*, 22(1), 111–126.

Fidalgo, F., & Fidalgo, N. (2017). *Sistema prisional: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Freire, A. M. A. (1989). *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as CATARINAS (Paraguaçu), FILIPAS, MADALENAS, ANAS, GENEBRAS, APOLÔNIAS e GRÁCIAS até os SEVERINOS – 1534-1930*. São Paulo: Cortez.

Freire, P. (2022). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2011). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 51.ed. São Paulo: Cortez.

Freire, P. (2017). *Pedagogia do Oprimido*. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

Gadotti, M., & Romão, J. E. (2011). *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. 12. ed. São Paulo: Cortez.

IBGE (2011). *Indicadores Sociais Municipais: Uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. 28 v. (Estudos e pesquisas, informação demográfica e socioeconômica). Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>

IBGE (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10070/64506?ano=2019>.

IBGE. (2021). Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIIS. Recuperado de: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf

IBGE. (2022). *Censo Demográfico 2022*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/augustinopolis/panorama>

Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao>

Machado, M. M. (2018). Meta 9: alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos. In: Oliveira, J. F. de, Gouveia, A. B., & Araújo, H. (Org.). *Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024*. Brasília: ANPAE. Recuperado de: <http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2017/08/CadernoAnlisePNE.pdf>

Oliveira, N. M., & Strassburg, U. (2014). Notas sobre a desigualdade social no Bico do Papagaio – Tocantins. *Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, 1(1), 128-145. <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2014v1n1p130>

Resolução CD/FNDE nº 32, de 01 de julho de 2011. Estabelece orientações, critérios e procedimentos relativos à transferência automática a estados, municípios e ao Distrito Federal dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado no exercício de 2011, bem como ao pagamento de bolsas aos voluntários que atuam no Programa. Brasília, 1 jul. Recuperado de: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3455-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-32-de-1-de-julho-de-2011>

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), Recuperado de: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 15/12/2022
Aprovado em: 17/02/2023
Publicado em: 21/10/2023

Received on December 15th, 2022
Accepted on February 17th, 2023
Published on October, 21th, 2023

Contribuições no Artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Silva, W. M. C., & Freire, J. S. E. (2023). Políticas educacionais para o enfrentamento do analfabetismo de jovens e adultos no extremo norte do bico do papagaio - Tocantins: o caso do município de Augustinópolis. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 8, e15365. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e15365>

ABNT

SILVA, W. M. C.; FREIRE, J. S. E. Políticas educacionais para o enfrentamento do analfabetismo de jovens e adultos no extremo norte do bico do papagaio - Tocantins: o caso do município de Augustinópolis. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 8, e15365, 2023. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e15365>